

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado do Maranhão Class.: 20

Data: 28.07.87 Pg.: _____

Invasores desmatam a reserva dos Krikatis

O superintendente regional da Funai, Dinarte Nobre de Madeiro, disse ontem que deve aumentar o clima de tensão na área indígena Krikati, em Montes Altos, a 90 quilômetros de Imperatriz, se a Prefeitura do município continuar a promover melhorias na infra-estrutura da localidade denominada Quiosque, localizada dentro da reserva onde moram 400 índios do grupo Krikati. Segundo ele, novos invasores, estão ocupando a reserva, que também voltou a ter grande quantidade de madeira retirada. "É preciso a ação urgente do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) e da própria Funai para que a devastação seja contida", disse Dinarte.

Alvo de um processo de invasão que se acutuou sobretudo nas duas últimas décadas, a área indígena Krikati, segundo o superintendente regional da Funai, abriga atualmente pelo menos seis mil invasores, distribuídos por 250 posses já comprovadas através de perícia mandada fazer por um juiz federal do Maranhão. Já concluído o levantamento de 70% da área, confirma-se que a reserva dos Krikati tem hoje uma das maiores invasões de que se tem conhecimento em áreas indígenas de todo o País, conforme Dinarte Nobre de Madeiro.

Ele ressalta que sua preocupação maior, no momento, é com o que vem se passando na localidade de Quiosque. "Esse lugarejo, situado dentro dos limites da área indígena, é habitado, logicamente, por invasores. Mesmo assim, o prefeito de Montes Altos, Nelson Castilho, vem realizando algumas obras que, de uma forma ou de outra, contribuem para assegurar a permanência dos posseiros no local. Com isso, cada vez torna-se mais difícil encontrar uma solução para o problema, seja pela via judicial, seja através de um acordo entre as partes -- invasores, índios e Funai", diz o superintendente.

Dinarte Madciro acha que o prefeito de Montes Altos pode inclusive estar agindo com a melhor das intenções, ao atender à comunidade de Quiosque, mas chama atenção para as conseqüências decorrente de qualquer ação do Governo que induza o posseiro a permanecer ocupando legalmente uma área indígena cuja demarcação está *sub judice*. "É evidente que, se numa área invadida, a munici-



Invasores estão ameaçando a reserva dos índios Krikatis

palidade proporciona algum tipo de benefício à comunidade invasora, é de se esperar não só que os ocupantes da reserva indígena sintam-se mais donos do pedaço de terra que invadiram, como outras famílias também sintam-se estimuladas a entrar na área, para dispor desses mesmos benefícios que os outros já desfrutam", afirma Dinarte. Ele acredita que o prefeito

de Montes Altos está agindo apenas com a intenção de ajudar a comunidade caarente, como é a de Quiosque, "mas acho que o espírito público do Sr. Nelson Castilho haverá de alertá-lo para o fato de que, numa área de permanente tensão, como é a Krikati, é preciso muita cautela para não acirrar os ânimos", pondera o superintendente da Funai.

Processo volumoso

O levantamento realizado por determinação judicial, na área indígena Krikati, constitui apenas mais uma fase de um processo que já está sendo considerado um dos mais volumosos e complicados que tramitam na Justiça Federal do Maranhão, referente a questões de terra.

O superintendente regional da Funai afirma que antropólogos e indigenistas do órgão, baseados em documentos históricos e relatórios deixados por colonizadores que andaram pelo Sul do Maranhão a partir do início do século passado, comprovam que os índios Krikati habitam desde 1818 a mesma área em que se encontram hoje.

Mas o acelerado processo de ocupação da região, sobretudo nos últimos anos, fez com que a reserva fosse cada vez mais invadida por não-índios. Dinarte Madeiro relembra que a situação complicou-se a partir de 1980, quando a Funai deu início aos trabalhos de demarcação administrativa da área, que compreenderia a extensão de 136.600 hectares. Logo depois, em 1981, Leon Delix Milhomem e outras pessoas com interesses na área entraram com uma ação judicial contra a Funai, contestando os limites estabelecidos para a demarcação da reserva dos Krikati. Os trabalhos democráticos, então, foram suspensos por força de liminar concedida por um juiz federal. Hoje, o processo já conta com cerca de doze volumes e está entrando no seu décimo ano de tramitação na Justiça, sem qualquer solução à vista.